

**A RESISTÊNCIA DE BROMÉLIAS E VITÓRIAS-RÉGIAS:
narrativas femininas frente à mineração**

**THE RESISTANCE OF BROMÉLIAS AND VICTORY-RÉGIAS: feminine
narratives in front of the mining**

**LA RESISTENCIA DE BROMÉLIAS Y VICTORIAS-RÉGIAS: narrativas
femeninas frente a la minería**

Francisca Érica dos Santos Souza

Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Especialista em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
heryca_19@hotmail.com

Jondison Cardoso Rodrigues

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPG/MDR) da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.
jondisoncardosorodrigues@gmail.com

Recebido para avaliação em 25/02/2019; Aceito para publicação em 19/02/2019.

RESUMO

O artigo tem o objetivo de descrever e analisar as narrativas de resistência e de organização das mulheres face ao extrativismo mineral, das comunidades de São João do Burajuba e Sítio São João, cidade de Barcarena, nordeste do estado do Pará. Também se pretende “apresentar”, via narrativas, as transformações sociais decorrentes da atividade mineradora na vida dessas mulheres e as formas de organização por elas vivenciadas como forma de resistência ao extrativismo mineral (à mineração). Procurou-se expor relatos da realidade das lideranças femininas, os caminhos trilhados e o protagonismo político, além de questões em relação aos efeitos provocados pela mineração no ambiente familiar e nas suas comunidades. Nesse sentido, utilizou-se do processo de construção de relato de vida (narrativas) e da observação participante. Essa metodologia mostrou um panorama muito mais completo acerca dos impactos causados, direcionando a novas considerações em relação à realidade das mulheres e da autonomia na luta contra o modelo mineral introduzido em seus territórios. Assim, esta pesquisa é um processo de outras construções de realidades da ação das mulheres e da luta contra grandes empreendimentos que às “atingem”.

Palavras-chave: Mulheres; Mineração; Resistência; Estado do Pará; Extrativismo Mineral.

ABSTRACT

The purpose of this article is to describe and analyze the narratives of resistance and organization of women in the face of mineral extractivism from the communities of São João do Burajuba and Sítio São João in the city of Barcarena, northeast of the state of Pará. Also, this article aims to “present”, through narratives, the social transformations resulting from the mining activity in life of these women and the forms of organization experienced by them as a way of resistance to the mineral extractivism (mining). It was sought to expose narrations from the reality of the women's

leaders, the pathways and political protagonism, as well as issues regarding the effects caused by mining in the family environment and in their communities. In this sense, the process of construction of life story (narratives) and participant observation was used. This methodology showed a much more complete view about the impacts caused, directing new considerations regarding the reality of women and the autonomy in the fight against the mineral model introduced in their territories. Therefore, this research is a process of other constructions of realities of the action of women and of the fight against big enterprises which "attain" them.

Keywords: Women; Mining; Resistance; State of Pará; Mineral Extractivism.

RESUMEN

El artículo tiene el objetivo de describir y analizar las narrativas de resistencia y de organización de las mujeres frente al extractivismo mineral, de las comunidades de São João do Burajuba y del sitio São João, ciudad de Barcarena, nordeste del estado de Pará. También se pretende "presentar", a través de narrativas, las transformaciones sociales derivadas de la actividad minera en la vida de esas mujeres y las formas de organización por ellas vivenciadas como forma de resistencia al extractivismo mineral (a la minería). Se buscó exponer relatos de la realidad de los liderazgos femeninos, los caminos trillados y el protagonismo político, además de cuestiones en relación a los efectos provocados por la minería en el ambiente familiar y en sus comunidades. En ese sentido, se utilizó el proceso de construcción de relato de vida (narrativas) y de la observación participante. Esta metodología mostró un panorama mucho más completo acerca de los impactos causados, dirigiendo a nuevas consideraciones en relación a la realidad de las mujeres y de la autonomía en la lucha contra el modelo mineral introducido en sus territorios. Así, esta investigación es un proceso de otras construcciones de realidades de la acción de las mujeres y de la lucha contra grandes emprendimientos que a las "alcanzan".

Palabras clave: Mujeres; La Minería; Resistencia; Estado de Pará; Extractivismo Mineral.

INTRODUÇÃO

O processo de mundialização, trocas e de avanço do capitalismo neoliberal e financeiro, durante a última década, têm aprofundado (ou sendo fonte de emergência de) os conflitos e disputas por recursos/bens naturais e a violação de direitos humanos, étnicos e territoriais de populações, particularmente, populações tradicionais. Tal cenário reflete-se na geopolítica mundial do extrativismo¹ mineral (a mineração) em diferentes regiões de América Latina, e, principalmente, na América do Sul. Esta vem sendo palco de tais conflitos e disputas face ao processo de territorialização do capital transnacional minerador² (SCOTTO, 2013; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016).

Esse processo de territorialização continuado, via processo de extrativismo, vem sendo incentivador e gerador de políticas espoliativas e de efeitos negativos, de: i)

¹ É ao mesmo tempo extrativismo e neoextrativismo: “El extractivismo se caracteriza por la explotación de grandes volúmenes de recursos naturales, que se exportan como commodities y dependen de economías de enclave (que pueden estar localizadas, como los campos petroleros o las minas, o bien ser espacialmente extendidas, como el monocultivo de soja)” (GUDYNAS, 2012, p.131), já “El neoextractivismo va más allá de la propiedad de los recursos, sean estatales o no, ya que termina reproduciendo la estructura y las reglas de funcionamiento de los procesos productivos capitalistas, volcados a la competitividad, la eficiencia, la maximización de la renta y la externalización de los impactos sociales y ambientales” (GUDYNAS, 2012, p. 132-33).

² Vale, BHP Billiton, Anglo-American, Gglenore, Grupo Rio Tinto, Kinross Gold Corporation.

sonegação fiscal, apropriação e uso privado de recursos hídricos; ii) degradação ambiental (degradação dos solos, floresta, fauna e biodiversidade); iii) práticas ilegais de armazenamento e transporte de minérios; iv) exposição a riscos ambientais a moradores e trabalhadores; v) expulsão de camponeses e camponesas e expropriação ou os deslocamentos compulsórios das comunidades locais próximas de minas e fábricas minero-metalúrgicas; vi) incentivadora de movimentos migratórios maciços do rural para o urbano; vii) criminalização de movimentos sociais; viii) destruição das diversidades sociobioculturais, religiosas, de raça, etnia e de gênero (ZHOURI, 2018a); e, ix) criação (via *lobies* e participação de elites no Congresso, a bancada ruralista) de uma política de arquivadora de agendas ou políticas de reforma agrária.

Além disso, o extrativismo mineral, ou, mais especificamente, a lógica do extrativismo, traduzidos no mercado e nos investimentos (principalmente chineses) contribuíram e contribuem para supressão ou perda de incentivo a diversos mercados e economias (“economias domésticas” e pequenos circuitos econômicos e cooperativos, até agroecológico) (NORTHA; GRINSPUNB, 2016). Todos esses efeitos (lógicas do extrativismo mineral, sobretudo), Gaviria (2013) pontua que há uma incompatibilidade das atividades de mineração com as práticas históricas de ocupação e uso de território, já que afetam as condições (territorialidades) específicas de produção, organização e reprodução material, cultural e social, e os modos de ser, fazer e viver territorializados (ZHOURI, 2018a).

Já há uma profunda clareza acerca dos efeitos dos desastres e ‘violências das afetações’ como elencados acima e as violências materiais e simbólicas, intrínsecas à expansão das fronteiras minerárias, como assinalado no trabalho de Zhouri (2018b). Também já se sabe, especificamente falando de Barcarena, dos desastres e do quadro de conflitos sociais, fundiários e ambientais, das expulsões e deslocamentos compulsórios de comunidades tradicionais, populações em geral e todos os efeitos (de racismo ambiental) da poluição do solo, das águas, do ar, dos rios e igarapés, além de desmatamento e violações de direitos (CARMO; CASTRO; PATRICIO, 2015; FIALHO NASCIMENTO; HAZEU, 2015; CARMO, 2017; HAZEU, 2015). Porém, há poucas pesquisas e estudos sobre os efeitos do extrativismo mineral na vida das mulheres (muitos desses transversais, generalistas ou amplos, por exemplo, Zhouri, Generoso e Corujo (2016)) e das resistências das mulheres face a esse extrativismo, principalmente, na Amazônia, mais particularmente, em Barcarena, “município-lugar”, de várias empresas do setor minero-metalúrgicas: Hydro Alunorte, Imerys, Albras, Butirama.

Mesmo o trabalho de Marin e Maia (2018) ainda apresentam lacunas. Estas autoras

descrevem as resistências das comunidades tradicionais sob as vozes de suas lideranças femininas, as lutas por direitos, as estratégias de permanência e de retorno aos territórios. Todavia, as autoras não conseguem dar conta, analítica-descritivamente falando, da complexidade de violações sob as mulheres e nas lideranças femininas, pois, dialogando com Zhouri, Bolados e Castro (2016), as violências de apropriação do lugar pelo extrativismo mineral, isto é, os processos de submissão, dominação e exploração são diferentes, assim como os tipos de ameaças (e contrarreações) apresentam diferenças no que tange às diversidades, raças/etnias, gêneros e identidades, do qual lugares enunciativos (e também territoriais) possuem certos constrangimentos e silêncios inscritos nas narrativas.

Nesse sentido, é que o presente trabalho tem como objetivos descrever e analisar as narrativas de resistência e de organização das mulheres face ao extrativismo mineral, das comunidades de São João do Burajuba e Sítio São João, cidade de Barcarena, nordeste do estado do Pará. Por conseguinte, “apresentar”, via narrativas, as transformações sociais decorrentes da atividade mineradora na vida dessas mulheres e as formas de organização por elas vivenciadas como forma de resistência ao extrativismo mineral (a mineração).

Para retratar a mineração e a Vida das Mulheres, o caminho teórico pauta-se no campo historiográfico intitulado “História das mulheres e das relações de gênero” (MATOS, 2013): “Num leque de várias correntes de interpretações, recuperaram-se a atuação das mulheres como sujeitos ativos, de modo que as imagens de passividade, ociosidade e confinamento ao lar foram questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando testemunhos femininos”³ (MATOS, 2013, p. 7) para além de incorporar as mulheres no interior de uma narrativa pronta, porém esmiuçando as violências de gênero⁴ e dominação-exploração das mulheres e as resistências imprimidas face as relações de poder do campo extrativismo mineral. Dialogar-se-á com as obras de Heleieth Saffioti, como norteadoras, ao compreender o processo de desenvolvimento capitalista, reforçando que o trabalho alienado para a mulher é imediatamente a negação de sua potência histórica e o rebaixamento do patamar de humanidade que terá acesso.

³ Ainda segundo Saffioti (1992, p. 98), a tentativa da ciência é deixar de “falar e a escrever sobre esta Mulher genérica, criação da 'razão supurada', da 'razão animus', da desrazão germinada na cisão” e sua homogeneização entorno de classe social.

⁴ “Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

METODOLOGIA

O caminho metodológico da pesquisa não constitui um *a priori* de um objeto de pesquisa que está em construção ou conceitos em si sistematizando (concluindo) o processo de pesquisa (ALASUUTARI, 2010), mas, sobretudo, nível ou grau de abstração sistêmica que deseja entender/compreender e investigar. Assim, as tramas da pesquisa e a abordagem metodológica entrelaçam-se dialogicamente (com rigor) com a teoria, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa, porém, coeso principalmente ao objetivo da pesquisa e à densidade que se pretende “escavar” (mergulhar para compreender e traduzir).

Considerando essa discussão, adotou-se o caráter qualitativo para atingir de forma mais próxima o entendimento da complexidade de um fenômeno social, já que a vida (produção) social não é modelo onde fenômenos sociais são reduzidos a cadeias causais ou cadeias de causa e efeito, suprimindo o processo, as dinâmicas, conflitos, incertezas e dificuldades que não aparecem nessa cadeia (MORIN, 2006, 2008). Para Richardson (2008), a metodologia qualitativa possui a potencialidade de descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis e compreender as dinâmicas e as estratégias de um determinado grupo social em profundidade.

Para iniciar a pesquisa, mergulhou-se sobre a pesquisa bibliográfica, sob o qual houve a possibilidade de primeiras leituras interpretativas: “[...] ao proceder à leitura, é importante ficar atento aos dados que venham reforçar, justificar ou ilustrar as ideias e os posicionamentos que se quer apresentar coletando” (STUMPF, 2009, p. 60). Isso permitiu a apropriação do conteúdo (extrativismo, mineração, resistência) e a liberdade para procurar novas direções para a pesquisa. Leituras essas paralelas à leitura de trabalhos produzidos sobre mulheres de comunidades impactadas e que resistem, como, por exemplo, a cartilha do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), "Mulheres e Mineração no Brasil" e a cartilha "Mulheres e Conflitos Ambientais - nem Nossos Corpos nem Nossos Territórios", do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). A combinação dessas leituras contribuiu para uma maior aproximação das informações produzidas na relação entre auto-organização das mulheres e resistência à mineração.

O segundo momento de partida foi um contato com possíveis entrevistadas. A primeira conversa por telefone com as entrevistadas teve o objetivo de explicar os objetivos do estudo e convidá-las a participar da pesquisa. Posteriormente, tendo estabelecido uma boa relação com as mesmas, e já no(s) território(s), as lideranças se apresentaram e falaram de suas comunidades.

A partir desses pressupostos, é que foi realizada a pesquisa de campo ocorrida durante os dias 10, 11 e 12 de março de 2018, nas comunidades de São João do Burajuba e Sítio São João, em Barcarena/PA. Não houve preocupação por número gigantesco de entrevistas (como também de pesquisa de campo), até mesmo para que, “inconscientemente”, não se passasse a repetir, impor ou fazer perguntas que se desejasse ouvir (BOURDIEU, 1996). A delimitação (a escolha) da “Bromélia e Vitória Regia”⁵ para entrevistar foi devido constituírem um “grupo nuclear”, isto é, que “detém” histórias de vida, memórias e experiências de lutas, com grande riqueza de dados.

O método da História de Vida está calcado na coleta de narrativas⁶ (que são Relatos de Vida). Segundo Squire et al. (2014), narrativa possui significados específicos, e não apenas gerais e uma densidade do sentido emocional e humano. Assim as narrativas (faladas e/ou escritas) não são apenas uma descrição, mas, sobretudo, move-se para seu crescente senso de coletividade, também (pode) enfocar histórias como relatos de eventos temporariamente ordenados, expressar identidade pessoal; ou, contar sobre o passado e as experiências pessoais, conseqüentemente, os sentimentos, estados mentais ou emocionais, ou ter efeitos sociais, corporais particulares e continuados. Assim, essa técnica foi significativa para o desenvolvimento pesquisa (e no resultado, a partir desse artigo), especialmente quando se abordam mulheres protagonistas em ações que buscar garantir direitos humanos, étnicos e territoriais.

A entrevista foi aberta, mas direcionada por uma questão norteadora previamente elaborada pela pesquisadora: Como é viver próximo da mineradora Hydro Albras/Alunorte? Para Travancas (2009), a entrevista auxilia no entendimento para que o entrevistado (a) entenda o grupo a que pertence e das lógicas da sua cultura. Acompanhado da entrevista, houve anotações, no “caderno de campo”, como forma de interpretar o que está sendo dito, observado e sentido, por meio até mesmo de silêncios e/ou silenciamentos.

Freitas (2002) apresenta subsídios importantes a respeito da pesquisa. Refere-se que em uma pesquisa o (a) pesquisador (a) não deve se limitar a ação meditativa, porque não está perante um elemento, mas de um sujeito e, dessa forma, é preciso dialogar com o mesmo, formar um contato mais próximo.

Ainda segundo Farias (2002, p. 59):

⁵ Nas duas entrevistas, em determinados momentos foi solicitado pelas lideranças, enquanto relatavam momentos na luta pelo seu território, que não fosse gravado. Por questões de segurança, todas as partes solicitadas foram suprimidas deste trabalho.

⁶ O trabalho de Rosenthal (2006) tece considerações da história da vida enquanto narrativa, mostrando a inter-relação entre experiência, memória e narração.

[...] não se pode isolar o momento da ação de sua história, nem isolar o sujeito das suas relações sociais, assim como não se pode realizar a separação entre os aspectos intelectuais e os aspectos afetivos. Trata-se de uma abordagem dinâmica e processual, que procura a gênese e as causas dos fenômenos investigados em movimento. As relações intersubjetivas e as relações de saberes que se estabelecem entre pesquisador e pesquisado trazem trajetórias de vida e de experiências que revelam a complexidade das relações sociais e a totalidade da realidade social (FARIAS, 2002, p. 59).

É válido ressaltar que no dia 17 de fevereiro de 2018, dias antes de iniciar o trabalho de campo e as entrevistas, fotos de moradores que moram nas proximidades da empresa Hydro Albras/Alunorte registraram vazamento de rejeitos em barragem. Apesar disso, durante esse período, foi possível participar de diversas atividades, realizar entrevistas e fazer uso da técnica de observação participante. O ocorrido influenciou na pesquisa de campo também pelo fato de que as comunidades de São João do Burajuba e Sítio São João e outros territórios de Barcarena que viviam o drama pela contaminação por metais tóxicos, provenientes de efluentes da lama vermelha de uma barragem de rejeitos Hydro Alunorte, ainda tentavam entender como de fato ocorreu o vazamento da lama e a gravidade dos danos causados nos seus corpos.

MINERAÇÃO, CORPO E VIDA DAS MULHERES: aproximação ao tema

Em nome do progresso, do desenvolvimento e do crescimento econômico, este processo vem sendo implementado a partir de concepções elitistas, patriarcalistas e racistas, definidas por homens brancos e ocidentais e, portanto, reproduz uma colonialidade do saber, que aprofunda as desigualdades históricas (PACS, 2017, p. 14).

Os riscos à sociedade atual, principalmente no extrativismo mineral, são naturalizados, subestimados ou negligenciados (PACS, 2017). O trabalho na mineração abrange distintas categorias de riscos, com a probabilidade muito alta de acidente, e, dependendo do trabalho na mineração, outros problemas de saúde: dificuldades auditivas, câncer, lesões musculares, sequelas essas que constituem problema de Saúde Pública.

Além disso,

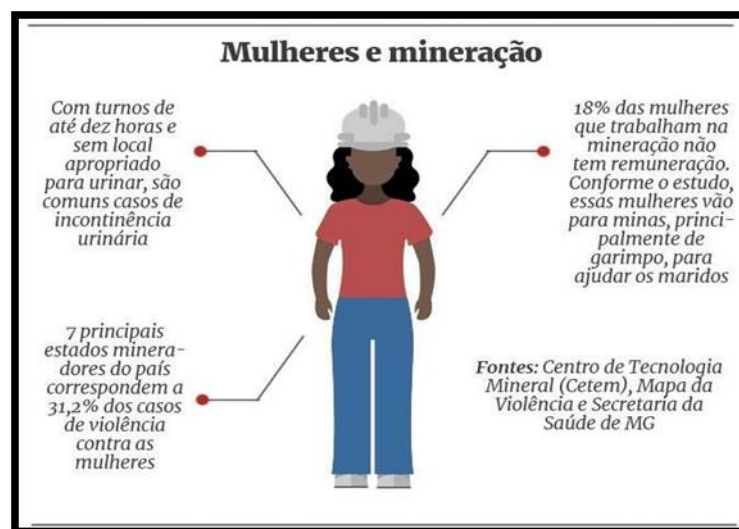
As mulheres são desvalorizadas profissionalmente, minoria, e as poucas que ocupam algum cargo, seja ele de recepcionista, fiscal entre outros, enfrentam a ocorrência de abusos psicológicos e sexuais, com frequência. Apesar de toda a carga que as mulheres carregam: mães, esposas, donas de casa e diversas outras atividades que cumprem antes ou depois do trabalho, as cobranças, por sua vez, são feitas de igual para igual, mas o salário é diferente ao dos colegas de trabalho do sexo masculino. Além disso, há ainda vários “tabus” ou superstições machistas que sofrem, como por exemplo, “mulher na mina pode trazer má sorte”. Como se não bastasse, o trabalho na mineração é o que mais mata, mutila e gera sofrimentos mentais, dessa forma, se tratando das mulheres

conseguimos enquadrar também o índice de abuso sexual altíssimo, já que a mineração consiste em um setor dominado por homens, e as poucas mulheres que conseguem adentrar, lutam pela vida diariamente. A problemática não se resume em apenas “trabalhadoras da mineração”, pelo contrário, se ampliam muito mais (SILVA, 2017).

As mulheres no setor da mineração, em geral, recebem menos que os homens para exercer as mesmas funções: “Geralmente são as mulheres que ocupam os postos de trabalho mais precarizados, lidando, por exemplo, com resíduos e processamento de rejeitos, muitas vezes na informalidade, sem carteira assinada e garantias trabalhistas” (IBASE, 2016, p. 20-1). Ainda assim, o desempenho e o número de mulheres trabalhando no setor mineral aumentaram, porém, ainda é muito reduzido comparado aos dos homens⁷, como também bastante assimétrico, desigual e preconceituoso (Figura 1).

Segundo estudo do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), as mulheres na mineração estão inseridas em cargos operacionais e de serviço administrativo. O mesmo Centro revela, ainda, que 18% das mulheres que trabalham na mineração não tem um salário. No caso do garimpo, as mulheres exercem tal função, especialmente para ajudar os maridos (IBASE, 2016).

Figura 1 – Mulheres e mineração



Fonte: Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Mapa da Violência e Secretaria da Saúde de MG.

Pautado em elementos do princípio capitalista e patriarcal, o extrativismo mineral usam de composições para estimular atividades de desenvolvimento econômico que fortalecem as distinções ou especificidade do modelo.

⁷ Segundo IBASE (2016, p. 22): o “trabalho formal das mulheres na mineração corresponde a pouco mais de 10% da força de trabalho do setor”.

A menor qualificação profissional da mulher e seu encaminhamento voluntário para ocupações que possam ser interrompidas a qualquer momento não constituem, entretanto, todos os dados da situação. A pesquisa de Madeleine Guilbert revela não apenas que as mulheres são colocadas em funções menos prestigiosas na indústria, desenvolvendo os trabalhos mais repetitivos e fragmentários, mas também que, mesmo quando o nível profissional do trabalho do homem e da mulher é o mesmo, esta recebe menor remuneração e é hierarquizada abaixo daquele. A valorização da força física do homem serve de justificativa à dominante. Observa-se, nos últimos anos, acentuada tendência para a mão-de-obra feminina localizar-se no setor terciário das atividades econômicas nas nações altamente desenvolvidas (SAFFIOTI, 1978, p. 28).

As mulheres são consideradas como menos capacitadas para ocupar determinados cargos e ocupando posições hierárquicas menores e com baixa remuneração. Também, neste caso, o trabalho não proporciona perspectivas de crescer dentro da empresa ou indústria, sendo encarado simplesmente como um emprego provisório. A ampla centralização de mão de obra feminina, no campo terciário, não constitui um avanço social, visto que isso apenas simboliza e vem significando uma “escalada dos trabalhos manuais para os trabalhos não manuais” (SAFFIOTI, 1978, p. 32). Assim,

Além de desafiarem o machismo e o racismo em casa, no trabalho, no campo, na floresta e na cidade, enfim, em todas as suas relações sociais, as mulheres resistem e enfrentam o agronegócio, as empresas de mineração, petróleo, siderurgia, hidrelétricas, a especulação imobiliária e outros projetos e agentes dominantes relacionados. [...] Lutam [também contra] contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo (PACS, 2017, p. 16-7).

A extração de minério vem causando sérias dificuldades em relação à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, bem como comunidades vizinhas às regiões de extração. Doenças de pele, respiratórias como silicose e tuberculose, câncer, doenças mentais, má desenvolvimento fetal e abortos espontâneos, no caso das mulheres, é uma constante. Outro problema corriqueiro que se encontra nas áreas de mineração é a exploração sexual. Em 2013, o relatório da Plataforma Brasileira dos Direitos Humanos (DESCHA) aponta que a prostituição, abrangendo a exploração sexual infantil, surge como uma das principais implicações na vida de adolescentes que viviam em áreas com a atuação da Empresa Vale, no corredor de Carajás, nos estados do Pará e Maranhão.

Para Ana de Miguel (2012, p. 15), a prostituição não é definida apenas pela troca de sexo por dinheiro, mas sim como “uma prática através da qual é garantido aos homens o acesso grupal e regado ao corpo das mulheres”. A prostituição nas obras de infraestrutura e mineração, no Brasil, é histórica, uma vez que se assentou a partir dos fluxos migratórios para obras e garimpo, porém fincadas em uma rede de exploração sexual de jovens e adolescentes e da produção de mercado do sexo, com o silêncio e/ou incentivo do Estado.

Um exemplo disso é o aumento e a concentração de adolescentes nas áreas de prostituição, crescendo no compasso das obras e da duplicação da Estrada de Ferro Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão, e também na garimpagem, conseqüentemente, ocorrendo como prostituição clandestina. Em duas reportagens produzidas pelo Jornal Brasil de Fato (ZONTA, 2011, 2013), na Vila Sansão, que fica a 70 km da cidade paraense de Parauapebas, podemos observar alguns casos de prostituição nos canteiros de obras da empresa Vale.

Tâmara

Aos dezessete anos, com traços indígenas, e uma estatura de aproximadamente 1,70 m, Tâmara é uma dessas adolescentes citadas por Neto. Cursa o primeiro ano do ensino fundamental à tarde e à noite faz programa numa das casas de prostituição da vila, muito frequentada por funcionários da Vale e de suas terceirizadas. “Moro na vila aqui há três anos com meus pais e meus três irmãos, primeiro viemos de uma cidadezinha pequena perto de Belém para Parauapebas, procurando emprego para o meu pai, depois disseram que era aqui que tínhamos emprego e aí viemos para cá”, conta Tâmara. O pai realmente arrumou um emprego, mas não na Vale, nem em suas terceirizadas. Hoje ele retira vegetações daninhas em fazendas próximas à Vila Sansão. Já Tâmara, quase todas as noites adentra uma casa, que foi adaptada para receber homens das empresas instaladas na vila (ZONTA, 2011).

A prostituição constitui no campo da mineração, particularmente, próximas a minas de extração, prática comum de mercadorização das mulheres. No caminho de uma ilusória da aceitação na área da sexualidade, o que se consta até hoje é um aumento do comércio no campo da prostituição, o crescimento do conservadorismo e a agressão ao direito das mulheres de determinar sobre seus corpos.

Os entraves que se deparam, quando se busca estudar o papel da mulher na mineração, é que esse âmbito é geralmente composto pelo sexo masculino, logo, na compreensão e no conhecimento coletivo, a mulher não está vigente nesse processo. Mas, o fato não é só na atual realidade que a mulher cumpre uma determinada função na mineração. As mulheres sempre foram presentes e apresentaram enormes papéis no processo da espoliação mineral: as mães, as viúvas, esposas e filhas, as quais se submetem a qualquer tipo de emprego.

Além dos efeitos negativos e os tratamentos desiguais, as mulheres encontram mais desafios e limitações na reestruturação dos seus estilos de vida, por exemplo, como discorrido por PACS (2017):

Durante a caravana de protesto que ocorreu um ano após o rompimento da barragem da Samarco, em novembro de 2016, da qual o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) participou, muitas mulheres ressaltaram o fato de não terem sido reconhecidas como atingidas em decorrência da falta de título da terra e das ações de grileiros ao longo do Rio Doce, como também da

informalidade de seus trabalhos, o que dificulta o recebimento de qualquer tipo de indenização e/ou reparação (PACS, 2017, p. 53).

Entretanto, ainda não há muita literatura acadêmica sobre essa temática do trabalho feminino, das lutas femininas e o papel das mulheres em termos de lutas face ao extrativismo mineral. Isso demonstra que o debate de gênero está afastado do conjunto complexo e imprescindível de debate e enfrentamento no que tange à mineração, principalmente no contexto de reiterados desastres/crimes (da Vale), em Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais; e, também da Hydro Alunorte, em Barcarena (em 2005, 2009 e 2018).

RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO

As histórias contempladas aqui se referem à vida de mulheres com experiências vivenciadas na comunidade do Sítio São João e Burajuba, em Barcarena, nordeste do estado do Pará. Os relatos das duas mulheres apresentam a grandeza das falas e das experiências. São relatos minuciosos sobre os caminhos de suas contribuições na organização de suas comunidades. Portanto, as narrativas dialogam com o discurso de Maristela Andrade:

Interpretar criticamente as narrativas não quer dizer desqualificar os depoimentos das entrevistadas, mesmo porque não estamos buscando a verdade, mas lidando com representações, com verdades, no plural. Encontramo-nos diante de várias verdades, ditas sob muitas vozes. A memória coletiva é polifônica, cada qual afirmando, na sua voz, a partir da sua posição, a história do grupo (ANDRADE, 2007, p. 448).

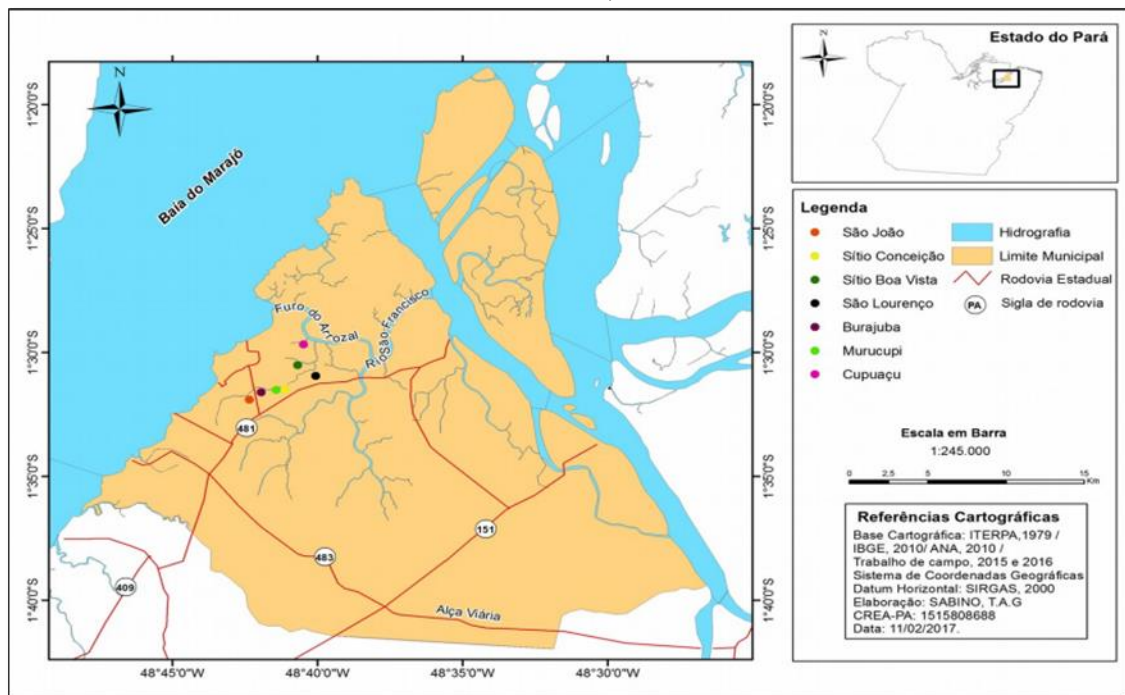
Foram observadas as percepções de que essas mulheres têm sobre sua organização no enfrentamento contra a empresa Hydro Alunorte e realizada uma interpretação dos relatos aqui apresentados, para compreender a história dessas mulheres, também a história dos grupos sociais nos quais estão inseridas, já que

O que entendemos como dirigentes não apenas aquelas que estão formalmente ocupando um cargo de direção no movimento, mas, também, militantes que possuem uma referência no interior dos movimentos, seja por meio de suas formulações teóricas, seja por meio de sua militância (CISNE, 2014, p. 156).

As entrevistas foram realizadas com duas mulheres das comunidades de Burajuba e

no Sítio São João do município de Barcarena (Vide mapa abaixo). Essas mulheres foram entrevistadas por residirem nessas comunidades que são atingidas pela ação mineral da empresa Hydro Albras/Alunorte⁸, e, por participarem desde primeiros espaços na organização de debates sobre os danos ambientais e sociais que a mineradora provoca em seus territórios.

Figura 2 – Mapa das comunidades e sítios⁹ impactados negativamente com os projetos desenvolvimentistas em Barcarena, Pará.



Fonte: Maia (2017).

As duas lideranças femininas, quando descreviam momentos específicos na luta em seus territórios, solicitaram que algumas partes das falas não fossem gravadas, em virtude do aumento de feminicídio e da criminalização das lutas sociais, principalmente na região amazônica. Assim se decidiu apresentá-las com nome de flores da região amazônica no

⁸ Segundo Marin e Maia (2018, p. 5-6): “Na década de setenta, o projeto de desenvolvimento para a Amazônia esteve vinculado ao Programa de Polos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) que teve entre suas vertentes a criação do polo minerador configurado no Projeto Grande Carajás (PGC), no qual foi inserido o complexo de mineração Albrás/Alunorte, implantado em Barcarena. Conforme acordo entre Brasil e Japão, o governo brasileiro realizaria as obras e os serviços necessários à implantação do Complexo Albrás-Alunorte. Nesse arranjo econômico e político, o Estado garantiu o investimento em infraestrutura e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, facilitando a exploração dos recursos naturais da região. [...] A área, em que estariam integradas diversas unidades industriais, disporia de um núcleo urbano com “capacidade de absorver 40 a 50 mil habitantes”, de um porto denominado Vila do Conde, e de uma subestação distribuidora da Eletronorte para fornecer ‘energia necessária ao pleno funcionamento do projeto, além de um distrito industrial e da área de proteção ecológica’”.

⁹ Silva (2016, p. 11): “a configuração dos chamados sítios, unidades de produção familiar dispersos nos vários rios e igarapés da região. Além das moradias, os sítios abrangem os quintais com árvores frutíferas, plantações de ervas medicinais e criações de pequenos animais; as roças, notadamente de mandioca, milho e arroz; as casas de farinha, produção típica dos grupos em foco, e também os fornos de carvão, importante atividade tradicional que nos últimos anos tem diminuído com o reforço na aplicação de leis ambientais”.

lugar de seus nomes próprios. São elas: Vitória-Régia-Amazônica e Bromélia do Norte.

PRIMEIRO RELATO: Bromélia do Norte

As famílias da comunidade de São João de Burajuba, de Barcarena, no nordeste do Pará, foram oficialmente autodefinidas, com a certidão de autodefinição, publicada pela Fundação Cultural Palmares, por meio da Portaria nº 221, de 20 de dezembro de 2013 (publicado no Diário Oficial da União, no dia 23 de dezembro de 2013). No dia 17 de Outubro de 2016, foi publicado, no Diário Oficial da União, pela Fundação Cultural Palmares, as Certificações de Autodefinição das comunidades São Lourenço, Conceição, Cupuaçu/Boa Vista e São João, município de Barcarena, Pará¹⁰.

O documento assegura às instituições e órgãos públicos que o território se autorreconhecem como quilombola. É um reconhecimento das origens e dos direitos das famílias. Além de possibilitar que a comunidade tenha acesso mais amplo às políticas públicas, a autodefinição como quilombola é o primeiro e mais importante passo para a obtenção da titulação das terras quilombolas, fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Com relação à entrevista, entrevistamos dona Bromélia do Norte, de 55 anos, moradora da comunidade de São João do Burajuba. Porém, antes de iniciar a entrevista, alimentava cuidadosamente e “vagorosamente” seu papagaio, colocando algo parecido com “minga no bico do pássaro”, que chama de “meu filho”. Isso demonstra o espaço-tempo (temporalidade e territorialidades específicas). Cerca de 20 minutos depois de alimentar o papagaio ela senta no sofá e inicia, relatando como é viver em um setor de mineração:

É difícil. Apesar “d’eu” não ter filhos, ainda quando bebê, na “pré-adolescente”, já adulto que começa a procurar emprego situação é agravante. O impacto ele mexe com todo o sistema social. As primeiras mulheres nascidas e criadas aqui, elas eram agriculturas, elas nunca tinha ouvido falar em indústria, tecnologia, celulares, energia elétrica... A história é que elas usavam lamparina candeeiro, lanterna era uma modernidade. Eu sei essas histórias porque eu convivi com uma senhora que era da família dos tradicionais aqui de Barcarena que me narrava tudo que hydro fazia, não era hydro ainda, era a Alunorte (Dona Bromélia, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

¹⁰ No Inquérito Civil Público nº 1.23.000.000661/2015-70 (Belém, 21 de outubro de 2016), o Ministério Público Federal, com um Laudo Técnico antropológico 001/2016-SEAP, concluiu que o Distrito Industrial de Barcarena incide sobre parte de um vasto território, caracterizado pela existência de rios e igarapés que historicamente serviram de base territorial para a continuidade de grupos sociais específicos.

Dona Bromélia diz que a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) e o órgão da Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA) comandavam as terras de várias comunidades da região Barcarenense (MAIA, 2017).

Famílias foram expulsas de suas terras para a instalação da empresa Albrás/Alunorte:

Aqui no Burajuba eu conheci à história em 2014 pra cá, me inteirando e meu marido foi me falando, mas uma história puxa a outra, porque todos eles são de família tradicional na qual eles foram massacrados, não por essa liderança que está aí agora da Hydro, mas a anterior. Eles chegaram de madrugada nas terras e diziam: ou tu vai assinar ou tu vai morrer (Dona Bromélia do Norte, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

E continuou relatando como ocorreu a chegada da CODEBAR no local:

Quem vendeu Barcarena foi o governo federal, administrado pela CODEBAR. É isso que o povo não entende: quem vendeu as indústrias foi o governo federal. Eles que têm o poder acima de todos. É Brasília que determina aonde vai ter miséria, aonde vai ter opressão, aonde vai ter as doenças. É eles que comandam de lá. A nossa saúde é precária, a nossa alimentação é precária, a nossa água é precária! (Dona Bromélia do Norte, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

Bromélia do Norte explicou como ocorreu a organização local e como era o trabalho e a vida das mulheres, antes da chegada das empresas:

Aqui o que tem é uma associação nossa que se organizou pra tirar a antiga liderança nossa que tava nos massacrando e aí foi quando a gente começou trabalhar há dois anos atrás; As empresas não acreditava na gente, não confiava na gente. Nós tivemos uma luta na justiça pra ganhar a eleição porque diziam que as eleições eram fraudulenta e ela não foi fraudulenta. Sabei esse de 2 o mandato do juiz que disse que a eleição não foi fraudulenta, foi puramente dentro da lei e que a denúncia não procedia pelo outro lado e que a eleição foi toda correta.

Antes da chegada das empresas, a cultura das mulheres era se juntar e fazer farinha. Quando elas se juntavam, uma trazia o feijão, outra trazia a carne salgada, outra trazia o peixe e faziam aquele panelão, as famílias faziam suas farinhas. Essa que era a história delas. E, com a entrada e expulsão das terras, quando vieram “eles”, já vieram modificado, cada qual é sua família (Dona Bromélia, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

As mulheres têm sido um dos atores significativos nas atividades dentro de seus territórios e de suas territorialidades. A participação delas é frequente, segundo os relatos de Bromélia do Norte e diálogos com outras mulheres, durante a pesquisa de campo, mesmo estando sobrecarregadas com tarefas domésticas, cuidando das crianças e do seu

trabalho fora de casa. Nessa “linha-situação”, aborda Saffioti (1978) sobre a condição da mulher nas sociedades de classes com sua “ordem natural” e “ordem social imposta”.

Dentre os primeiros, o mais sério diria respeito ao fato de a capacidade de trabalho da mulher sofrer grande redução nos últimos meses do período de gestação e nos primeiros tempos que se seguem ao parto. O aleitamento tornaria ainda insubstituível a mãe junto à criança pequena. Estes fatos biológicos são, muitas vezes, utilizados para justificar a inatividade profissional da mulher durante toda a sua existência, o que, por vezes, tem consequências extremamente desastrosas quer para o equilíbrio da personalidade feminina, quer para a socialização dos filhos, quer ainda para as relações conjugais (SAFFIOTI, 1978, p. 25).

É possível notar esse protagonismo quando a liderança fala de seu sonho de luta com as mulheres da comunidade de Burajuba:

Quero lutar pra que isso mude, pra que eles (a comunidade) fiquem unidos, que eles consigam ver uma só visão. Na hora das reuniões precisamos estar juntos. Essa é minha vontade de trocar o raciocínio delas. Eu sempre trabalhei direto com o povo, organizando eles. Por exemplo, com outra companheira fizemos um assentamento com 120 pessoas; a intenção era puxar uma rede de energia pra eles. Fomos lá e abrimos ruas, conseguimos puxar energia, água pra eles, isso lá no São Francisco (Dona Bromélia do Norte, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

Segundo Bromélia do Norte, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) expulsou as famílias desse assentamento. Ela ainda relata que, durante o processo de organização para as lutas, teve que se afastar de sua comunidade (e da organização), devido às ameaças:

Eu tive que ir para proteção porque fui mirada pra morte, não gosto muito de me lembrar, e lá não conseguia desenvolver nenhum tipo de trabalho. E foi tudo assim, muito em cima e mais um erro do governo federal que na época era a Ana Julia Careca. Ela deu a área da comunidade fazendinha tomada pelo pessoal da FETRAF, foi muito triste também. Eu passei nove meses de proteção, foi complicado pra mim fugir. Roubaram, saquearam minha casa, roubaram meu cavalo, que era o cavalo do trabalho do meu marido, voltei depois de nove meses.

A gente morava em Renascer com Cristo, aqui mesmo em Barcarena, que fica perto da fazendinha e Caripi, são comunidades diferentes, mas uma perto da outra. Renascer com Cristo era onde ficava a moradia e fazendinha era do agricultor que não desmatava e tinha consciência que aquilo era uma área ambiental. Se podia produzir dentro daquela área, você podia plantar e colher.

A FETRAF chegou a expulsar todas as famílias tradicionais e ribeirinhas, tenho amigos que hoje passam mal por ter perdido tudo. Fugimos para um vilarejo perto de Abaetetuba, esperando o laudo técnico de uma morte que a gente dizia que era agrário e fraudaram para drogas. Disseram que esse cara que morreu tinha envolvimento com drogas e ele era um grande comerciante dentro do Caripi, que tinha área dentro da fazendinha; quando ele comprou essa área, a FETRAF nem existia. Ele era de uma ONG, e estava em um bar, chegou um cara numa moto e atirou nele; isso foi no ano de 2010.

Dentro de um conflito multiescalar, como a luta contra os malefícios do projeto de mineração da empresa Hydro Alunorte, no qual diferentes atores (sociais, econômicos e políticos) estão envolvidos, do nível local ao regional, nacional e global, é importante perceber como as mulheres (a construção das redes de pertencimento) – nos seus territórios – vivem suas vidas em vários aspectos de resistência e inventividade, quando elas, na maioria das vezes, não são percebidas e suas ações são questionadas para as forças globais “abstratas” e perversas.

As famílias de Burajuba são populações tradicionais na região de Barcarena, cujos territórios são “cortados ou rodeados” por rios e igarapés. Isso é assinalado por Bromélia do Norte, ao relatar que há rios e nascentes mortas, por terem sido aterrados pelos projetos desenvolvimentistas. Bromélia do Norte ainda destaca que, quando chegou à comunidade, em 1984, ainda não se falava em contaminação, mas, a partir de 1987, já começava aparecer poluição no ar, dificultando a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica da comunidade.

Eu me senti muito satisfeita, por tudo que alcancei. Sabe que a gente não agrada todo mundo, a todo tempo, mas de ver aquelas pessoas que estavam chorando, como os idosos aqui, que só de sentir o cheiro da terra, pra mim e pra você, o cheiro da terra não é nada, mas para quem nasce na terra ele sente o cheiro do campo e uma senhorinha aqui ela dizia pra assistente social: como é que eu vou viver? Ela não gosta da casa alvenaria porque ela se sente presa, gosta da casa de madeira e ela quer que o cheiro do igarapé que passa no fundo da casa dela, se torne potável novamente. Tu vai tirar a esperança dessas pessoas? Por causa da ganância? Tu sente vontade de tirar? Pergunta isso “pro” povo. Quer tirar o sonho de quem gosta do chão? Que gosta de colher por causa de uma ganância? O chão, a terra, te dão o alimento todos os dias, te dão o teu consumo... Tu não precisa mendigar um emprego escravo na porta de uma empresa. Ontem eu falei para as mulheres: a qualquer momento vocês vão ter que sair das suas zonas de conforto, vocês vão precisar sair da zona de conforto. Eu acho que ficou aberto um pisca-alerta nelas, porque se cada qual ficar só olhando pro seu umbigo não vai se chegar há lugar algum (Dona Bromélia do Norte, atingida/moradora da comunidade de São João de Burajuba. Entrevista realizada em 11/03/2018).

Dona Bromélia do Norte deixa evidente em seus relatos que foi por meio de sua disponibilidade e ajuda de outras mulheres da comunidade que perceberam a importância da auto-organização e a importância da resistência face às opressões em seus territórios, oriunda das empresas.

SEGUNDO RELATO: Vitória-régia Amazônica

Vitória-régia, 48 anos, da Comunidade Quilombola Sítio São João, presidenta da Associação de sua comunidade e grande liderança em Barcarena. Ela relata sobre os/as

quilombolas de seu território, do bisavô, avô, pai e, agora, com seus filhos. Enfatiza que essa é a décima segunda geração.

Só aquela castanheira ali tem mais de 356 anos, então a gente tem muito tempo aqui. A parentela foi toda aqui e hoje em dia somos nós aqui. Quando eles viviam aqui eles não sofreram os impactos que hoje nós estamos vivendo... O impacto é na terra e na água.

O impacto não só na terra, mas no lugar onde a gente vive. O impacto maior é pela terra, pelo fato de que, a gente mora perto da bacia, agora que aconteceu é que aparece pelo fato de estarmos perto da bacia. Isso pra eles é normal porque isso não acontece só aqui em Barcarena, ele vem contamina todo o solo. Antes nós trabalhávamos com roça, plantação de milho, feijão, arroz, legumes e hoje em dia a gente planta com a qualidade bem menor que a gente tinha excelente qualidade, hoje em dia a gente não tem isso. E eu acredito assim, se não houver algo que mude essa situação não vai existir mais nada, nem esse quilombo vai existir mais (Vitória-régia Amazônica, atingida/moradora da comunidade do Sítio João. Entrevista realizada em 12/03/2018).

Vitória-régia Amazônica fala que as empresas estão instaladas há mais de 40 anos em Barcarena. Destaca que as articulações nas comunidades de Barcarena sempre foram de mulheres. Nos anos de 2002 e 2003, as empresas chamavam todos da comunidade do “Sítio de São João” de invasores, sendo que já havia moradores antes de as empresas chegarem:

Tudo começou aqui, só que assim, o desejo que a gente sempre tinha aqui é que quando a gente voltasse não acontecesse o que aconteceu com meus pais e avós: eles postos pra fora da terra na marra. Porque naquela época era a ditadura, né? Ou você assina ou você vai sair do mesmo jeito. Quando tiraram o pessoal daqui pela primeira vez, era aquele governo da ditadura. Então, tinha mais era que sair, muitos não sabiam ler nem escrever, borrava o dedo por qualquer coisa. Se não saísse por bem, saía por mal.

Eu penso assim: por que minha mãe e meu pai saíram daqui? Eles não tinham conhecimento que a gente tem hoje, não tinha as leis. Naquele tempo as leis eram muito escondidas, e hoje não, a gente já sabe, pode chegar no Ministério Público, Ministério Estadual, ir na Defensoria fazer denúncias e buscar ajudar aquilo que eles não tiveram no passado, na década de 70. Muito deles foram molestados ou morreram, meu pai mesmo foi uma das pessoas que morreu. Ele não se adaptou na cidade e morreu, e minha mãe ficou com treze filhos para criar sozinha em Barcarena, mas ela nunca saiu daqui da terra. Ela sempre fazia roça e, quando a empresa descobriu que ela tinha roçado, destruiu a roça dela, depois que nós tomamos posse daqui não veio mais ninguém pra cá. Foi tipo assim: se você entrar, você não sai.

Aqui dentro mesmo só mora irmãos nesse espaço e do outro lado do rio. Quilombolas não é um bocado de pessoas e sim uma família só, família Amorim, entendeu? Se há outras pessoas aqui dentro, é porque elas foram agregadas, já vieram junto com a gente, a maioria é só família. Meu irmão casou com uma pessoa, o filho dele casou com outra pessoa e assim foi agregando. Somos poucas, são 35 famílias.

Eu não gosto de mentira e eu quero o que é justo. Eu não quero nada que não é meu e se eu tenho direitos por isso aqui, eu vou lutar. Eu quero diante da coisa justa, qualquer tipo de coisa que a gente fizer que ela for incorreta traz prejuízo pra gente e a gente já vive prejudicado por não ser visto pelas empresas, por não pagar os impactos ambientais que eles causaram. A gente é prejudicado com isso, por terem poluído o nosso rio. Isso tudo é prejuízo pra gente, o nosso solo por ele ser contaminado em 2009 que caiu rejeito no nosso rio a gente sabe que

foi um desastre muito feio em 2009. Eu quero receber o que é direito, quero que eles - a empresa - despolua o rio, mas eu quero que eles façam de forma correta, não infligindo lei fazer “maracutaia” (Vitória-régia Amazônica, atingida/moradora da comunidade do Sítio João. Entrevista realizada em 12/03/2018).

O relato de Vitória-régia Amazônica é a tradução da resistência, isto é, uma categoria-prática de contrapondo, de enfretamento, criação de estratégias e dinâmicas desencadeadas por atribuições de funções, normas, e, também, de subordinações a comportamentos culturais, sociais e dinâmicas opressivas desiguais que lhes foram atribuídas, que hierarquizam os sexos, colocando a mulher como principal alvo de dominação. O trabalho de Marin e Maia (2018, p. 9) traz essa configuração histórica em Barcarena, que converge com o relato de Vitória-régia Amazônica:

[...] as mulheres narram a repressão, a vida de exclusão e discriminação quando foram expropriadas e retiradas dos sítios com marido e filhos e, inflexivelmente, lhes foi negada a possibilidade de continuidade das atividades da roça e de fabricação da farinha. Muitas viraram empregadas domésticas, diaristas e lavadeiras das famílias dos funcionários das empresas mineradoras. De forma refletida e defensiva elaboraram reações diante da desigualdade de gênero e da discriminação social agravada pela política desenvolvimentista.

É possível entender esse processo de resistência feminina em outras dimensões de luta na América Latina:

Por eso, ellas son las primeras y más decididas en corporizar su resistencia en el espacio público al impedir el paso, ya sea de las camionetas 4 x 4 de las mineras que transitan por sus pueblos como de los camiones que transportan insumos hacia los emprendimientos mineros de la región. Son ellas las que están de manera incondicional al frente de las acciones de protesta, como portavoces de sus poblaciones frente al poder político local y las corporaciones mineras (COMELLI, 2010, p. 15).

Vitória-régia conta sobre sua experiência enquanto militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); descreve também sua participação na Brigada Carlos Drummond de Andrade, em Minas Gerais, no período da tragédia do rompimento da barragem de Fundão, dia 5 de novembro de 2015, na unidade industrial de Germano, entre os distritos de Mariana e Ouro Preto (cerca de 100 km de Belo Horizonte). Fato que provocou uma onda de lama que devastou distritos próximos. O mais atingido foi Bento Rodrigues.

Hoje eu faço parte do MAM, dizem algumas pessoas da comunidade que eu recebo dinheiro do MAM pra ficar enganando os outros, mas quem faz parte do MAM sabe como é. Eles pensam, por exemplo, que eu vivo aqui, mas não trabalho. Eu faço minhas quentinhas pra fora, tenho um filho que trabalha fora. Antes eu fazia faxina, agora não dá para fazer, só cuidando agora dessa situação. “Tava” pensando em fazer uma coisa, rebocar isso e botar um restaurante mesmo aqui.

Ficamos três meses em Minas pela Brigada Carlos Drummond de Andrade, a brigada do MAM. Passamos três meses por lá. Assim, quando eu cheguei lá - eu até pensei muito quando nós chegamos lá - vimos as comunidades no Jasem, em Arrudas, lá no Serrão, na Itambé e fomos ver as dificuldades, mas uma coisa que me chamou bastante atenção lá e, graças a Deus aqui não existe, que é a exploração sexual, a violência contra a mulher, a violência mesmo dos homens violentando as mulheres. Isso não acontece aqui em Barcarena.

Em Minas Gerais, as mulheres são muito maltratadas pelos homens, a violência contra as mulheres é muito forte nessa comunidade que te falei, foi bom para as mulheres nós termos ido pra lá, porque resgatou uma coisa que estava morta dentro delas: a vontade de ir à luta. Nós deixamos a brigada, pessoas já indo pra luta, mulheres. Eu acredito assim, que todo lugar se a mulher quiser ela predomina e foi o que aconteceu em Minas. Eu ainda acredito que tudo é possível, embora seja difícil, muita dificuldade, muitas coisas boas podem vir acontecer. Eu já fui chamada para me cooptar, eu não aceito isso, porque eu não vejo só agora, não adianta eu pegar um dinheiro agora comprar uma moto, comprar um carro e depois viver do mesmo jeito. Eu quero projetos que tragam renda, não só pra mim, mas pra toda a comunidade. Eles sabem que, quando a pessoa os incomoda, vem atrás pra tentar cooptar de algum jeito (Vitória-régia Amazônica, atingida/moradora da comunidade do Sítio João. Entrevista realizada em 12/03/2018).

A participação de Vitória-régia Amazônica, na brigada, constitui elemento importante para mediar, considerando o argumento de Saffioti (2004) de que a luta pela igualdade integral obscurecia as diferenças e singularidades, asfixiando o senso de sujeitos coletivos históricos. A liderança relata os danos do vazamento de rejeitos de bauxita, no dia 17 de fevereiro de 2018, vindos da barragem da mineradora Hydro Alunorte, empresa norueguesa instalada na região.

A gente sabe que a bacia não rompeu, ela transbordou, e por ter sido muita chuva, eles soltaram a água sem ser tratada por rio Pará. Eles soltaram a conduta clandestina que tem dentro da mata, eles mesmos admitiram depois em frente à imprensa que aconteceu isso. Começaram a fazer articulação e quando aconteceu uma coisa dessa vai longe, depois das investigações, foi pago para jogar lama na pista, a lama com bauxita na pista. Houve uma investigação e está sendo descoberto tudo. Que houve transbordo houve da bacia aqui, mas ele foi bem fraco porque se fosse forte a gente teria sentido o impacto. Teria morrido peixe, teria morrido minhoca (Vitória-régia Amazônica, atingida/moradora da comunidade do Sítio João. Entrevista realizada em 12/03/2018).

Vitória-régia Amazônica, ao relatar sobre um tempo passado do desastre, de 2009, quando ocorreu um vazamento da Hydro Alunorte, não focou a narrativa sob o ponto de vista do evento histórico, porém, descreveu uma dimensão singularizante de humanizar-se, viver e lutar, devido à morte de vários animais, como peixe, minhoca, cobras, pato e cachorro, uma compreensão de “construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados”¹¹ (GODOI; AGUIAR, 2018, p. 2). Fatos que municieram

¹¹ Segundo Marin e Maia (2018, p. 11): “A estrutura produtiva de Barcarena até 1970 era constituída por unidades rurais *eminente*mente ribeirinhas (Tourinho, 1991:120). Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Censos Agropecuários de 1970/1980, havia propriedades com menos de 10 hectares, o que é confirmado pelas entrevistas feitas com os deslocados pela CODEBAR,

formas de luta impressas, com discursos des-re-construtores de impactado, após o transbordo da barragem de rejeitos da Hydro Alunorte, em Barcarena, no dia 17 de fevereiro de 2018:

As famílias do Sítio São João acharam que iriam morrer, acharam que podia ser como Mariana-MG. A gente sabe que não pode ser como Mariana. A gente sabe que se acontece um transbordo desses da bacia romper, vai acabar com as águas e vai atingir até Belém. O de Mariana é por dentro dos vales, por dentro dos brejos e chegou no rio Doce. E aqui vai chegar no oceano.

Uma diferença de Mariana são as montanhas e brejos e aqui só tem uma queda, então à medida que cair mesmo dentro do rio Pará a lama ela vai longe vai até o oceano. Então é diferente nesse sentido. Até a população de Belém, que acha que não vai ser impactada, vai ser. Isso não sou eu que estou dizendo, são falas técnicas que comentaram isto, não só esses dias, mas tem tempos que vem comentando isso.

Aqui dentro do São João têm pessoas que são neutras, que não foram atingidas de alguma forma, todos foram impactados de alguma forma. Até a vila dos cabanos que dizem que não foram impactados, foram sim. Até a água dos poços estão poluídas. Foi feito um estudo que o acórdio que causa câncer no estômago tá na água do poço, o pessoal tá dando água. Agora ela não admite que impactou o rio e que impactou a comunidade. E a gente tá tentando fazer um trabalho de sentar com a Hydro, que durante todo esse tempo, até os impactos ambientais feito pela Vale, que a Hydro vem fazer o reparo. A gente vai ter que mostrar tudo pra ela aqui que tem impacto na nossa comunidade. Então pra isso, a gente não tem que entrar na briga, igual algumas pessoas tá entrando pra dar um tiro no pé. Não pode chegar de qualquer jeito lá não.

Em seus relatos, as mulheres expressam sua visão em relação à mineração dos seus territórios, enfrentando os novos-velhos discursos de desenvolvimento construídos pelas mineradoras, de sustentabilidade, participação e justiça (MARIN; MAIA, 2018). Na percepção das duas lideranças entrevistadas, a mineração chega a seus territórios violando direitos da comunidade, gerando efeitos negativos, o que desperta nelas a vontade de lutar e integrar-se e defender-se com espírito de corpo ou de grupo (SAFFIOTI, 1995).

Nesse contexto é preciso evidenciar que a sociedade se estruturou a partir do colonialismo, profundamente racista, sob o qual assentou a escravidão da população negra e o extermínio indígena. As mulheres negras e indígenas tiveram seus corpos, com frequência, violados pelo estupro. Essas violências seriam

A conservação de sistemas de valores originados em estruturas sociais anteriores permitiria às sociedades de classes utilizar, de modo diverso a força de trabalho feminina. Esta seria livre apenas na medida em que essa liberdade constituía condição *sine qua non* para a determinação da força de trabalho da mulher enquanto mercadoria. A negação de direitos civis e políticos à mulher limitava, portanto, a esfera de sua atuação, caracterizando-a, desde o início do capitalismo, simultaneamente, como construtora da riqueza e obstrutora do

em trabalho de campo. Essas unidades desenvolviam a lavoura temporária e o extrativismo, com base familiar. Havia produção de arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, abacate, banana, cacau, coco e laranja. Nas memórias das comunidades tradicionais de Barcarena, denominadas de sitiantes ou ribeirinhas, os rios conformavam os espaços de articulação e de domínio das redes de parentesco”.

progresso social (SAFFIOTI, 1978, p. 51).

Há uma conservação de sistemas de valores, cujos “sujeitos” integram permanentemente a realidade objetiva que é historicamente construída e que busca a preservação (SAFFIOTI, 1997). Assim, a divisão sexual do trabalho, o empobrecimento das mulheres, as formas de controle do corpo e da sexualidade (pelo mercado, Estado e ambiente doméstico), são pontos conformadores do extrativismo mineral na sociedade e para sociedade.

Os relatos de Bromélia do Norte e Vitória-régia Amazônica destacam o sentimento de solidariedade, cooperação e colaboração afetiva entre os grupos familiares e a organização de lutas que vão para além de “roçar o terreno para plantar casa” (SILVA, 2016), envolvem o fortalecimento de identidades como mecanismo de convergência e um campo de disputas como outra forma de ter e se integrar ao território, calcados em valores comunitário, político, ontológico, religioso e cosmológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto fomos descrevendo e analisando as narrativas de resistência e de organização das mulheres face ao extrativismo mineral, das comunidades de São João do Burajuba e Sítio São João, município de Barcarena, nordeste do estado do Pará. Por conseguinte, “apresentar” via narrativas as transformações sociais decorrentes da atividade mineradora na vida dessas mulheres e as formas de organização por elas vivenciadas, como forma de resistência ao extrativismo mineral (à mineração). Não se buscou classificar e caracterizar dores e sofrimentos, muito menos descrever uma suposta resiliência, superação e/ou reparação, que, aliás, constitui algo utópico, pois, é minimamente impossível adaptar-se a dores e sofrimentos; como também ser reparado uma amputação material e imaterial que conforma o corpo e a ontologia relacional com o território, o lugar. A narrativa não seria a concessão de fala, mas a possibilidade da constituição do lugar, da memória, das experiências e lutas sociais de mulheres, “condições específicas dos distintos contingentes de mulheres” (SAFFIOTI, 1999, p. 159).

Portanto, aproximar-se da “relação existente entre violência, corporalidades, normatividades de gênero e sexualidade” (SOUZA, 2015, p. 3). Tais lógicas são amparadas nas narrativas de mulheres que vivenciam (ou vivenciaram) situações de contradições, desastres, iminência de novos desastres, perseguições e ameaças a integridades físicas, porém que resistem (para reexistirem) enquanto grupo social (população tradicional) e mulheres em uma região, a Amazônica, onde o patriarcado é institucionalizada na figura de

oligarquias históricas, que imperam no ambiente político, sobretudo, estatal.

As mulheres desempenham um papel central na resistência ao capital nos territórios, em defesa das terras onde vivem e (re)produzem. Elas colocam questões para os movimentos sociais, para o feminismo, articulando suas reivindicações em torno de uma perspectiva que reúne corpo e território. O corpo é entendido como um território em disputa, assim como a terra, a natureza e os bens comuns. As mulheres também colocam na agenda a questão dos cuidados, das formas como a apropriação do capital sobre os territórios afetam as relações e processos que garantem a produção e “reprodução social de vida”.

É imprescindível não misturar o lugar de fala e a representatividade em torno das paridades. No caso das duas lideranças abordadas na pesquisa, quando se desafiam a pensar em outras formas de organização para suas comunidades, é romper com pré-conceitos com a lógica de que somente “subalternos” falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer pensem (RIBEIRO, 2016, p. 84). Com base nisso, os dois relatos de protagonismos dessas mulheres deixam perceptíveis cada vez mais a importância da resistência feminina, não como exclusão e vitimização de quem se coloca para contar a própria história, mas como alternativa de compreender uma experiência enfrentada que marcou seus territórios e vidas.

As duas lideranças que se dispuseram a falar sobre suas vivências contaram experiências particulares trançadas a outros destinos, onde reforçam as vozes a serem ouvidas. Nos relatos, em alguns momentos, reúnem-se elementos dispersos (que por pedido das entrevistadas não fazem parte do texto). Elas apresentam, ao mesmo tempo, sua figura pessoal, coletiva e indenitária, por meio das quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade, no momento em que a narrativa se revela complexa e subjetiva, impulsiva e justificada. Não se pode resumir somente em “fato verídico”, crítica remota pelo processo, solução e diagnóstico dos símbolos, mas da “verdade do depoimento”, dinâmica, inacabada e sempre algo presente que remetem a outras imagens.

As histórias contadas por elas evidenciam que os impulsos políticos não relataram necessariamente seus modos de organização particular, mas de todo um coletivo. Essas histórias sobre suas experiências em Barcarena, especificamente nas comunidades do Sítio São João e Burajuba, propiciam entender outra existência com uma ética da solidariedade e companheirismo, que também é efeito do afeto com suas famílias e amigos, que contribuíram em suas caminhadas. Sobre vivências singulares e em coletivo, de cada uma das entrevistadas, os relatos de vida ganham significados, pela lembrança de um passado

que perpassa os dias atuais. Essas memórias colaboram, em vários sentidos, “jogando-nos” (no plano imaginativo) para dentro da vida de cada uma delas. Foi possível perceber, por meio da história dessas lideranças, que as mulheres nem sempre são apenas “vítimas” desses empreendimentos.

Portanto, quando se aborda uma construção do projeto de sociedade, assim com sexualidade, sexo, raça, etnias, criam-se subsídios fundamentais para uma estrutura onde os fomentadores da trajetória de sociedade se ligam ao debate de classe. Fazer parte desse dilema de resistência à mineração continua sendo desafiador, ainda mais quando são mulheres protagonistas e que se desafiam nesse processo de luta. As dificuldades se encontram muitas vezes dentro da própria casa, quando da divergência de opiniões dentro da família, além de muitas vezes ocorrer diferenças com algum companheiro de organização.

Afinal, nessa atual conjuntura, cabe ressaltar que a resistência das mulheres no processo e os dilemas da mineração chegam como tarefa histórica de estar junto aos Movimentos Populares do campo e da cidade, entendendo as mineradoras Vale, Hydro, Anglo American e tantas outras como instrumentos do avanço do capital dentro e fora dos territórios.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento Barcarena Livre, a Escola Nacional Florestan Fernandes e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). De forma especial, as duas “companheiras” de Barcarena, pela acolhida e também por seus relatos, que foram essenciais para florescer o caminho da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALASUUTARI, P. The rise and relevance of qualitative research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 13, n. 2, p. 139-155, 2010.

ALVES, S. R.; CASTRO, E. M. R. Lógica minerária e territórios quilombolas: conflitos e resistências. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). **Territórios em Transformação: saberes, rupturas e colonialidade**. Belém: UFPA, 2017. p. 143-154.

BOURDIEU, P. Understanding: **Theory, Culture & Society**, n. 13, p. 17-37, 1996.

BRÍGIDA, G. Itupanema em meio ao projeto Albras – Alunorte: o desencanto do mundo. **Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais**. São Luís: Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás - Fórum Carajás, 2010. p. 04-06.

CARMO, E. D. Desastres e tensões em Barcarena à luz de disputas territoriais. In: CASTRO, E. M. R. (Org.). **Territórios em Transformação: saberes, rupturas e colonialidade**. Belém: NAEA, 2017. p. 65-80.

CARMO, E.; CASTRO, E. M. R.; PATRICIO, J. C. S. Mineração, neo-extrativismo e conflitos em Barcarena. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 51-71, 2015.

COMELLI, M. Mujeres y acciones colectivas "por la vida" frente a la expansión de la minería a gran escala en la región cordillerana de Argentina. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 6., 2010, La Plata. **Anais...** La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2010.

FARIAS, A. M. Imprensa e organização. In: DUARTE, J. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 136-143.

FIALHO NASCIMENTO, N. S.; HAZEU, M. T. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena/Pará. **Argumentum**, v. 7, p. 288-301, 2015.

GAVIRIA, E. M. Mineração e regulação social na Amazônia: o caso da mineradora Alcoa e as comunidades de Juruti Velho, Pará. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 201-273.

GODOI, E. P.; AGUIAR, V. V. P. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos PAGU**, v. 52, p. 1-35, 2018.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos - las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 128-146, 2012.

HAZEU, M. T. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 337f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Mulheres e Mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 2016.

MAIA, R. O. M. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MARIN, R. A.; MAIA, R. O. M. Gênero nas ações e resistências ao modelo de desenvolvimento imposto em Barcarena, Pará. **Cadernos PAGU**, v. 52, p. 1-39, 2018.

MATOS, M. I. S. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectiva. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, p. 5-15, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Rio

de Janeiro: Vozes, 1994.

MORIN, E. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MORIN, E. Será necessário desconfiar ainda mais da douta ignorância dos experts. **Revista Famecos**, v. 20, n. 1, p. 83-88, 2013.

NORTHA, L. L.; GRINSPUNB, R. Neo-extractivism and the new Latin American developmentalism: the missing piece of rural transformation. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 8, p. 1483-1504, 2016.

PETERS COELHO, T. Minério-dependência e alternativas em economias locais. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSENTHAL, G. The narrated life story: on the interrelation between experience, memory and narration. In: MILNES, K. et al. (Ed.). **Narrative, memory & knowledge: representations, aesthetics, contexts**. Huddersfield: University of Huddersfield, 2006. p. 01-16.

SAFFIOTI, H. Reminiscências, releituras, reconceituações. **Revista Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, p. 97-103, 1992.

SAFFIOTI, H. Enfim, sós: Brasil rumo a Pequim. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 198-202, 1995.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n. 2, p. 60-79, 1997.

SAFFIOTI, H. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos PAGU**, v.12, p.157-163, 1999.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 35-42.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTTO, G. Estados Nacionais, Conflitos Ambientais e Mineração na América Latina. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales**, n. 14, p. 96-116, 2013.

SILVA, R. F. A. M. **Laudo Técnico N° 001/2016 – Seap**. Santarém, 22 de julho de 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/153790/laudo_barca_arenafinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 fev. 2019.

SILVA, S. J. Os impactos da mineração na vida das mulheres. **Brasil de Fato**, 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/01/artigo-or-os-impactos-da-mineracao-na-vida-das-mulheres/>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

SOUZA, B. M. **Mulheres de fibra**: narrativas e o ato de narrar entre usuárias e trabalhadoras de um serviço de atenção à vítimas de violência na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SQUIRE, C. et al. **What Is Narrative Research?** London: Bloomsbury, 2014.

STUMPF, I. R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 54-59.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 101-104.

ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: iGuana/ABA, 2018a.

ZHOURI, Andréa. Introdução. In: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: iGuana/ABA, 2018b.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

ZHOURI, A.; GENEROSO, P.; CORUJO, T. Nas tessituras da pesquisa e da ação: narrativas de mulheres sobre água, mineração, resistência e colaboração em Minas Gerais. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Org.). **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume. 2016. p. 341-368.

ZONTA, M. Efeitos Nefastos da Mineração. **Brasil de Fato**, 12 maio 2011. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/6232/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

ZONTA, M. A cidade da Vale. **Brasil de Fato**, 24 dezembro de 2013. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/26967/>>. Acesso em: 04 fev. 2019.